

EAL-SECRETARIA EST.DA CULTURA E ECON.CRIATIVA

Termo de Referência 8/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2025	450304-EAL-SECRETARIA EST.DA CULTURA E ECON.CRIATIVA	JACQUELINE ANGELICA TENORIO COSTA TRAJANO	30/11/2025 14:24 (v 0.15)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		E:02600.0000001635 /2025

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação Semi Integrada de empresa de engenharia especializada para a elaboração de projeto executivo e execução de obras de construção de centros de cultura denominados CEU DA CULTURA em municípios do Estado de Alagoas, dividido em 06 lotes:

LOTE 1 – MACEIÓ	
LOCAL	AV. Comendador Gustavo Paiva, Nº1049
VALOR	R\$ 2.001.177,31
PRAZO	300 DIAS / 10 MESES

LOTE 2 – RIO LARGO	
LOCAL	Rua 08 – Lote S, Conj. Teotônio Vilela, Nº s /n
VALOR	R\$ 2.001.177,31

PRAZO	300 DIAS / 10 MESES
-------	---------------------

LOTE 3 – ARAPIRACA	
LOCAL	Rua Sebastiana Izidio de Oliveira, Nº s/nn
VALOR	R\$ 2.104.737,96
PRAZO	300 DIAS / 10 MESES

LOTE 4 – SANTANA DO IPANEMA	
LOCAL	Rua São Pedro, Nº s/n
VALOR	R\$ 2.001.643,44
PRAZO	300 DIAS / 10 MESES

LOTE 5 – UNIÃO DOS PALMARES	
LOCAL	Rua São José, Conjunto Nossa Senhora das Dores Nº s/n
VALOR	R\$ 2.001.177,31
PRAZO	300 DIAS / 10 MESES

LOTE 6 – PILAR	
LOCAL	Conjunto Benedito de Barros, Nº s/n
VALOR	R\$ 2.059.908,74

Os termos e condições gerais das obras serão descritas no presente Termo de Referência, sendo complementado pela minuta contratual e pelo projeto de cada obra, que detalha a execução e as especificações necessárias para atendimento dos objetivos definidos de cada lote.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O CEU da Cultura é um equipamento público fundamental, que busca combater desigualdades e ampliar o acesso a espaços culturais nas áreas mais vulneráveis. Esses espaços são projetados para oferecer atividades voltadas à expressão corporal, esporte, educação e cultura de uma forma geral, promovendo desenvolvimento social e cultural nas comunidades beneficiadas.

Assim, no intuito de ampliar os investimentos para o desenvolvimento local para a melhoria na qualidade de vida, a construção dos CEU da Cultura se apresenta como um importante artifício para combater às desigualdades socioespaciais e a pobreza.

No mais, como objetivos da presente contratação, tem-se a de contribuir para a transformação e inclusão social dos Alagoanos, mediante a existência de espaço público capaz de promover a formação cultural, a produção e a fruição cultural em locais de vulnerabilidade social, propiciando uma ação integrada entre os permissionários e a comunidade.

Em resumo, essas obras estratégicas conectarão pessoas, fomentarão a economia e facilitarão o fluxo de atividades, promovendo um desenvolvimento sustentável, no Estado de Alagoas.

A fundamentação completa da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

3. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E REGIME DE EXEC

A licitação será realizada pela modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, por previsão do artigo 6º, XXXVIII, alínea 'a' e artigo 56, I da Lei nº 14.133/21;

Uma vez que está sendo disponibilizado os projetos básicos e caberá às Contratadas o desenvolvimento do Projeto Executivo e a execução da obra, o regime de execução do contrato será o de **CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA** por **PREÇO GLOBAL**, por força do §9º do artigo 46 da Lei nº 14.133/21.

4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 12.169.822,07** (doze milhões, cento e sessenta e nove mil oitocentos e vinte e dois reais e sete centavos) dividido em lotes:

LOTE 1 – MACEIÓ	

VALOR	R\$ 2.001.177,31 (dois milhões, um mil, cento e setenta e sete reais e trinta e um centavos)
-------	---

LOTE 2 – RIO LARGO	
VALOR	R\$ 2.001.177,31 (dois milhões, um mil, cento e setenta e sete reais e trinta e um centavos)

LOTE 3 – ARAPIRACA	
VALOR	R\$ 2.104.737,96 (dois milhões, cento e quatro mil, setecentos e trinta e sete reais e noventa e seis centavos)

LOTE 4 – SANTANA DO IPANEMA	
VALOR	R\$ 2.001.643,44 (dois milhões, um mil, seiscentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos)
LOTE 5 – UNIÃO DOS PALMARES	
VALOR	R\$ 2.001.177,31 (dois milhões, um mil, cento e setenta e sete reais e trinta e um centavos)

LOTE 6 – PILAR	
VALOR	R\$ 2.059.908,74 (dois milhões, cinquenta e nove mil, novecentos e oito reais e setenta e quatro centavos)

A estimativa do valor da contratação levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do contrato.

Os custos para execução de eventuais serviços extracontratuais, não constantes do Orçamento, deverão ter suas composições apresentadas pela CONTRATADA à CONTRATANTE para análise e, em caso de aprovação, será celebrado termo aditivo, dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), no qual deverá incidir o desconto concedido em licitação, dado pela CONTRATADA (se houver).

Quanto a tabela de referência dos serviços e dos insumos do orçamento

Foi verificado na planilha orçamentária que foi adotado como padrão de referência a Tabela de preços unitários e de insumos fornecida pelo SINAPI/AL como principal, com **data base MARÇO/2025**, sendo utilizado em alguns itens, inclusive, a criação de algumas composições, que foram elaboradas com base nas tabelas do SINAPI/AL e ORSE/SE, todos na mesma base de Março/2025.

Verificou-se que os insumos não encontrados no SINAPI, foram coletados com preços de mercado da região, seguindo o parâmetro de pesquisa dada pela Instrução Normativa IN SLTI/MPOG 5/2014, e sugerida pelo TCU, tendo sido utilizado insumos coletados pelo Sistema ORSE divulgados pelo ÓRGÃO - CEHOP/SE, **em conformidade ao referenciado na página 45 da cartilha "Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas"**.

Quanto aos encargos sociais adotados

A mão de obra principal utilizada é SINAPI/AL. Os encargos sociais adotados para mão de obra horista e mensalista desonerado estão indicados na respectiva tabela de referência sendo adotada a data base Março/2025, e anexada aos autos, considerando-se, portanto, atendido o demonstrativo analítico de encargos sociais utilizados conforme descrito na página 96 da cartilha "Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas".

Quanto à adoção da taxa de BDI referencial

No BDI adotado foi considerado apenas despesas de taxa de rateio da administração central; percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contrato); taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; despesas financeiras; e taxa de lucro. E está em conformidade com o Acórdão 2622/2013 do TCU, onde foi adotado como parâmetros de referência do BDI, os valores conforme codificação CNAE do respectivo tipo de obra: construção de rodovias, como consta nas páginas 87 e 88 da cartilha "Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas", obtendo-se a taxa do BDI Referencial desonerado no valor 28,07% (vinte e oito vírgula sete por cento).

Ressaltamos que foi adotado os custos da tabela de referência desonerada por ser a mais vantajosa para administração pública, conforme declaração do técnico responsável no processo administrativo.

5. VIGÊNCIA DO CONTRATO E CRONOGRAMA DE EXE

O prazo previsto para a execução dos serviços encontra-se disposto na tabela do item 1.1 do presente Termo de Referência, específicos para cada lote, e vigorarão a contar da data de assinatura da Ordem de Serviço expedida pela CONTRATANTE.

O prazo poderá ser prorrogado conforme previsão do Art. 111 da lei nº 14.133/2021.

O ritmo e consequentes desembolsos dos serviços se darão de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado no Anexo desse Termo de Referência, podendo incidir regulamentação ou ajustes

para se adequar ao fluxo de demandas e as condições executivas das atividades, desde que devidamente aprovado pela CONTRATANTE.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Os serviços a serem executados pela CONTRATADA serão voltados para a construção do espaço denominado CEU DA CULTURA, conforme projeto e planilha determinada em cada lote.

Por se tratar de uma contratação semi-integrada, caberá a CONTRATADA a elaboração do Projeto Executivo e a execução da obra.

Para a entrega do Projeto Executivo, sugere-se que, preferencialmente, seja adotada a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM).

Para o desenvolvimento do projeto executivo, a empresa CONTRATADA deverá utilizar softwares originais licenciados.

O Projeto Executivo, assim como o planejamento de execução a ser entregue pela CONTRATADA, devem compor o conjunto de informações técnicas, necessárias e suficientes para a execução da obra, devendo apresentar de forma clara, precisa e completa todas as indicações, detalhamento das interfaces dos sistemas e de seus componentes, detalhes construtivos suficientes para a perfeita instalação, montagem e execução dos serviços e obras do objeto contratado.

O Projeto Executivo deverá ser elaborado com base no Projeto Básico fornecido pela CONTRATANTE, devendo conter detalhamentos necessários para a execução, fabricação, montagem, instalação, operação e manutenção das soluções propostas.

As demais peças escritas, como Especificações Técnicas, Memoriais Descritivos e Planilha Orçamentária deverão ser entregues nos formatos tradicionais (.xlsx/.docx/.pdf). Todos os elementos técnicos a serem desenvolvidos pela CONTRATADA deverão apresentar detalhamento suficiente para garantir, de forma clara e objetiva, o entendimento dos sistemas a serem implementados.

Todos as peças a serem desenvolvidos pela CONTRATADA (Executivo e As Built), deverão ser entregues no formato nativo (.docx, .xlsx, .pln, .smc, .pdf, em formato neutro .IFC, nas versões 2x3 ou 4 e sempre que possível em formatos .rvt, .prj, .nwd).

A entrega final do Projeto Executivo de todas as disciplinas deverá ser em via digital assinada, com todas as pranchas do projeto.

Toda a documentação exigida (desenhos técnicos/projetos, formulários, entre outros), deverão ser elaborados nos parâmetros e critérios demandados para a análise e aprovação, devendo ser apresentados a tempo à CONTRATANTE, para a aferição e apontamento das assinaturas de seus representantes legais.

Caberá à CONTRATADA a emissão do projeto, suas peças e a documentação legal, em quantas vias forem necessárias, a fim que a CONTRATANTE possa viabilizar o protocolo junto aos administradores Municipais, Estaduais, Federais e concessionárias, se necessário.

A CONTRATADA apresentará, nesta fase, os produtos abaixo, na escala 1:50, completos e os demais detalhes construtivos (perspectivas, especificação/descrição técnica) nas escalas 1:20, 1:10, 1:5, ou outra adequada ao completo e perfeito entendimento da solução proposta.

Os desenhos e demais documentos técnicos deverão obedecer aos formatos e normas de representação previstas na ABNT.

O projeto executivo deverá ser complementado com a documentação técnica necessária ao perfeito entendimento das soluções previstas assim definidas:

Caderno de Encargos único, Especificações Técnicas e Memorial Descritivo: documento único que deverá abordar as obrigações da CONTRATADA e do CONTRATANTE, a caracterização e detalhamento dos materiais, componentes, equipamentos e serviços a ser utilizado na obra objetivando o melhor desempenho técnico, não sendo aceitos especificações superficiais e/ou genéricas. Além da descrição do processo de execução dos serviços envolvendo o projeto executivo de engenharia, instalações e sistemas. O documento deve ser único e separado por área.

O Memorial Descritivo deve apresentar referências às Normas Técnicas e a metodologia de execução dos serviços da obra. Este documento deve apresentar todas as características necessárias para identificação dos produtos aplicados, como traço de argamassa, resistência característica do concreto, tipo de fôrmas, tipo de aço, material, dimensões e características físicas dos elementos de alvenaria, classificação, dimensão, dentre outras informações pertinentes.

Deverão ser observadas as seguintes condições gerais:

As especificações técnicas deverão ser elaboradas de conformidade com as Normas do INMETRO e Práticas específicas, de modo a abranger todos os materiais, equipamentos e serviços previstos no Projeto;

As especificações técnicas deverão estabelecer as características necessárias e suficientes ao desempenho técnico requerido pelo Projeto;

Se houver associação de materiais, equipamentos e serviços, a especificação deverá compreender todo o conjunto, de modo a garantir a harmonização entre os elementos e o desempenho técnico global;

As especificações técnicas deverão considerar as condições locais em relação ao clima e técnicas construtivas a serem utilizadas;

De preferência, as especificações técnicas deverão ater-se aos materiais, equipamentos e serviços pertinentes ao mercado local;

As especificações de componentes conectados a redes de utilidades públicas deverão adotar rigorosamente os padrões das concessionárias;

A utilização de especificações padronizadas deverá limitar-se às especificações que somente caracterizem materiais, serviços e equipamentos previstos no Projeto;

As especificações técnicas de soluções inéditas deverão se apoiar em justificativa e comprovação do desempenho requerido pelo Projeto, através de testes, ensaios ou experiências bem-sucedidas, a juízo do Contratante;

Memórias de Cálculo: documentos que relatarão todas as etapas e hipóteses de cálculo utilizadas na elaboração do projeto executivo de arquitetura, engenharia, instalações e sistemas.

As medições ocorrerão conforme cronograma físico-financeiro previamente aprovado pela CONTRATANTE, por etapa de obra, mediante visita in loco e preenchimento de relatório de vistoria de obras, conforme padrão utilizado pela CONTRATANTE para fiscalização de obras.

Todas as etapas da obra para a efetiva conclusão do objeto licitado ficarão sob responsabilidade da CONTRATADA.

Ficará sob escopo da CONTRATADA os serviços que se fizerem necessários para efetiva entrega da obra objeto desta contratação, desde que não esteja contemplada na matriz de risco como de responsabilidade da CONTRATANTE.

Os serviços de engenharia deverão ser executados pela CONTRATADA obedecendo às normas legais pertinentes, as melhores práticas de engenharia e de acordo com o projeto disponibilizado pela CONTRATANTE.

7. CONDIÇÕES DE ACEITE ETAPA DE PROJETO

Para aceite e pagamento dos produtos serão observados os preceitos e critérios dispostos a seguir.

Com a elaboração do Projeto Executivo, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRANTE os documentos em suas versões finais, não devendo ser entregues versões preliminares, rascunhos ou similares. Pela apresentação do projeto será emitido Termo de Recebimento Provisório.

Dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, a CONTRATANTE providenciará a verificação de conformidade do projeto entregue, de acordo com os critérios definidos no Projeto Básico, neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato, podendo solicitar, sem custos adicionais, os esclarecimentos e ajustes que se fizerem necessários.

Somente será aceite e aprovado os projetos em que se verificarem o correto nível de detalhamento e especificações técnicas considerados necessários pela CONTRATANTE.

Aprovado o Projeto Executivo, após os ajustes e correções (se houverem), será emitido Termo de Recebimento Definitivo referente a esta etapa (PROJETO EXECUTIVO), devendo a CONTRATADA emitir Nota Fiscal de acordo com o percentual estipulado em planilha referente a este item.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, conforme disposto no artigo 140 §2º da Lei nº 14.133/21.

O recebimento definitivo pela Administração não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto, conforme preceito do §5º do artigo 140 da lei nº 14.133/21.

Deverão ser emitidas junto ao CREA e/ou CAU e apresentados os comprovantes de pagamento das respectivas ARTs e/ou RRTs, por parte dos profissionais da CONTRATADA responsáveis pela elaboração do projeto.

8. CONDIÇÕES DE ACEITE PARA ETAPA DE OBRA

Aprovado o Projeto Executivo, caberá a CONTRATADA o início de sua mobilização e execução dos serviços referente a obra.

Mensalmente, juntamente com o FISCAL designado pela CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA elaborar relatório de andamento dos serviços, contendo a etapa concluída ou percentual desta, sendo averiguado a evolução da obra, a obediência aos prazos definidos para sua execução e mensuração financeira compatível com a etapa concluída.

O pagamento da primeira nota fiscal/fatura somente poderá ocorrer após a comprovação do cumprimento das cláusulas referentes a seguros e garantias contratuais e o recebimento das respectivas ARTs e/ou RRTs exigidas.

Os serviços referentes a cada etapa serão pagos apenas depois de concluídos e aceitos pela CONTRATANTE.

Aprovados os serviços executados, a CONTRATADA poderá emitir Nota Fiscal, que deverá ser paga pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados da sua apresentação.

A Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA deverá estar acompanhada da GFIP (guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social) referente ao mês anterior à medição contendo todos os seus empregados vinculados à prestação do serviço contratado, comprovantes de pagamentos da GPS e GPR, CNO – Cadastro Nacional da Obra, além da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, a CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, bem como das demais Certidões Negativas emitidas pelos órgãos competentes dos Governos Municipais, Estaduais e Federal, no que for pertinente, conforme a natureza da operação e as exigências legais.

O setor competente da CONTRATANTE avaliará a Nota Fiscal e a aceitará, desde que não ocorra fator imperativo provocado pela CONTRATADA.

Qualquer inconsistência, erro ou omissão na Nota Fiscal ou documentação fiscal será objeto de glosa pela CONTRATANTE, com a devolução da documentação à CONTRATADA para correção ou complementação, com a consequente interrupção do prazo para pagamento, que se iniciará novamente somente após a documentação regularizada, reapresentada e aceita.

São de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas e quaisquer deduções ou interpretações diferentes destes critérios e condições de pagamentos, fornecidos pela CONTRATANTE.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito à correção monetária.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

Será realizada a retenção no pagamento, se aferido irregularidades na prestação do serviço, sendo a glosa proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

Não produziu o resultado acordado;

Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

Concluído os serviços/obra, a CONTRATADA deverá NOTIFICAR a CONTRATANTE. Caberá à Fiscalização, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, após o qual será lavrado Termo de Recebimento Provisório, que caracterizará a aceitação provisória do serviço referente a etapa OBRA.

A CONTRATADA fica obrigada a entregar os seguintes documentos para a emissão do Termo de Recebimento Provisório:

Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar, aprovando o serviço;

Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra / “habite-se” emitido pela Prefeitura Municipal;

ART´s/RRT´s complementares;

As built;

Livro de Ordem - diários de obra remanescentes;

Recebimento das garantias dos equipamentos, se houver;

Manual do usuário;

Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás, se houver;

Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da reparação/adaptação junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA caso exista pendência junto à Justiça do Trabalho, Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O Termo de Recebimento Provisório, elaborado pelo CONTRATANTE, será entregue em 03 (três) vias de igual teor e forma, todas as vias assinadas pela Fiscalização, CONTRATANTE e CONTRATADA, após terem sido realizadas toda as medições/aferições e apropriações referentes a acréscimos, supressões e modificações.

Ainda, após o recebimento provisório do serviço, e até o seu recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na vistoria final, bem como as surgidas neste período, independentemente de sua responsabilidade civil.

A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o(s) objeto(s) em que se verificar(em) vício(s), defeito(s) ou incorreções resultantes da execução, cabendo à Fiscalização cobrar que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

O Termo de Recebimento Definitivo será emitido após a constatação da conformidade com as especificações do Projeto Executivo aprovado pela CONTRATANTE e será entregue em 03 (três) vias de igual teor e forma, todas as vias assinadas, em até 30 (trinta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, se tiverem sido atendidas todas as exigências da Fiscalização, referente a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento dos serviços executados;

O recebimento definitivo pela Administração não eximirá a CONTRATADA, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços

executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados. A CONTRATADA ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, conforme disposto no parágrafo 6º do artigo 140 da lei nº 14.133/21.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos pela empresa contratada na execução da obra, a fim de manter a observância das boas práticas de sustentabilidade ambiental:

Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;

Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;

Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;

Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contratar as Associações e/ou Cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

Práticas de redução de consumo de papel, utilizando-se o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos;

Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;

Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;

Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução CONAMA nº 424/2010;

Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;

Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPIs necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental; e

Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.

Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Consórcio

Será admitido a participação as licitantes que estejam reunidas em consórcios.

Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, deve ser exigido uma declaração de vistoria entre os documentos de habilitação, tornando-o obrigatório a todos os interessados em participar do certame licitatório.

A comprovação desta vistoria dar-se-á por declaração do próprio licitante, não sendo expedido pela Administração Pública e sim pelo próprio licitante, devendo o referido instrumento ser declarado por responsável técnico para tal ato, desde que o profissional possua pleno conhecimento do objeto da licitação, sem necessidade de agendamento, observando-se o prazo para a entrega dos documentos de habilitação;

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10. MODELO DE EXECUÇÃO

A execução do objeto deverá ocorrer nos moldes estabelecidos pelos itens 6, 7, 8 e 9 do presente Termo de Referência.

As obrigações da CONTRATANTE são:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Indicar o responsável para Fiscal do contrato, aos quais competirá, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o acompanhamento e fiscalização do objeto, inclusive solicitando à CONTRATADA, sempre que achar conveniente, informações necessárias e pertinentes à execução dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

Não realizar pagamento à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;

Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias, respeitados os procedimentos e a ampla defesa;

Exigir o imediato afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que, de alguma forma prejudique a eficiência da execução da fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das suas funções.

Analisar e, quando possível, aprovar o Projeto Executivo entregues pela CONTRATADA a fim de viabilizar a execução dos serviços.

Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável, em especial, IPHAN, SEMARH IMA.

Responsabilizar-se pelas desapropriações, desocupações e/ou remanejo que se fizerem necessárias para a completa execução do objeto pela CONTRATADA.

As obrigações da CONTRATADA são:

Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, na sua proposta e instrumento contratual, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, além da disponibilização de mão de obra qualificada, dos materiais e equipamentos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado;

Executar o objeto em conformidade com o que fora contratado, levando-se em consideração todas as especificações e condições constantes deste Termo, de sua proposta vencedora, do Instrumento Contratual e demais condições pertinentes ao objeto;

Cumprir os prazos de execução dos serviços discriminados na Ordem de Serviço;

Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, em consonância com o disposto no art. 92, inciso XVI da Lei nº 14.133/2021.

Proceder com todas as anotações necessárias e registros pertinentes de todos os empregados que atuarem nos serviços, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária vigente, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários, propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a CONTRATADA.

Submeter-se à fiscalização que a CONTRATANTE exercerá sobre os serviços executados;

Manter a equipe técnica em tempo integral à frente dos serviços;

Definir e aprovar junto à fiscalização do contrato a liberação de cada frente e/ou etapa de serviços de construção a ser iniciada;

Dar ciência por escrito de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços e prestar pontualmente os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do contrato;

Promover a anotação deste Contrato no CREA com jurisdição do local de execução dos serviços;

Apresentar à CONTRATANTE, junto com as Notas Fiscais e/ou Faturas, prova de regularidade com as fazendas federal, estadual e municipal, nos termos especificados no Termo de Referência e edital sob o título REGULARIDADE FISCAL;

Refazer as suas custas, os serviços objetos do contrato, mal executados, com erro, vícios ou em desacordo com o as demandas estabelecidas, detectada pela fiscalização ou pelo controle de qualidade da CONTRATANTE;

Elaborar mensalmente relatório de andamento dos serviços com o respectivo Boletim de Medição, contendo os dados inerentes as etapas concluídas, ao contrato e os demais serviços realizados de escopo do objeto deste Termo de Referência;

Manter seus funcionários e prestadores de serviços devidamente uniformizados e identificados;

Substituir qualquer empregado, no caso de ausência por motivo de falta, férias e outros, de maneira a não prejudicar o andamento e a boa execução dos serviços;

Comunicar, por escrito, à Fiscalização da CONTRATANTE, de forma pormenorizada, todo tipo de acidente que eventualmente venham a ocorrer com seus empregados;

Ceder ao fiscal da CONTRATANTE o contato telefônico para comunicações e endereço eletrônico de e-mail para receber toda e qualquer comunicação formal, seja notificação e outras que se fizerem pertinentes;

Disponibilizar, de imediato, toda mão de obra, equipamentos mecânicos e eletrônicos, ferramental adequado, etc., necessários à execução dos serviços;

Responsabilizar-se civil e criminalmente por todos os atos e omissões que seus empregados e/ou prepostos direta ou indiretamente cometerem na execução do contrato;

Manter um “Livro de Ocorrência” para registro das ordens especiais de serviços, anotações de irregularidades encontradas e todas as ocorrências relativas à execução do objeto deste termo;

Apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitado, os certificados de regularidade dos encargos sociais e trabalhistas;

Observar no local da prestação de serviços a correta apresentação dos empregados e/ou prepostos, os quais deverão estar devidamente instruídos quanto as suas funções e responsabilidades, exigindo-se ainda deles que tratem com urbanidade e cortesia o público, usuário e empregados da CONTRATANTE;

Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços à CONTRATANTE;

Conceder LIVRE ACESSO aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os Servidores ou Empregados do Órgão ou Entidade CONTRATANTE e dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

Será ainda de responsabilidade da CONTRATADA:

Fornecimento de equipamentos, acessórios, programas e derivados de informática;

Fornecimento de equipamentos, materiais de expediente e utensílios de escritório;

Fornecimento de equipamentos, aparelhos e acessórios para fiscalização;

Fornecimento de equipamentos de segurança do trabalho, inerentes a suas atividades;

Fornecimento de transporte de ida e vinda dos locais onde serão realizadas as obras para seus funcionários;

Arcar com os custos da operação dos sistemas de comunicação e transmissão de dados;

Arcar com todas as outras despesas adicionais de apoio a execução dos seus trabalhos;

Fornecimento de Registro de Anotação de Responsabilidade Técnica dos serviços prestados dos profissionais da CONTRATADA envolvidos e dos documentos desenvolvidos e fornecidos pelos mesmos.

Todas e demais obrigações que se fizerem necessárias para a boa, perfeita e fiel execução dos serviços a que se propõe prestar.

Repassar o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, sem qualquer ônus adicional, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

A CONTRATADA também terá a responsabilidade sobre as instalações hidrossanitárias e elétricas provisórias.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do Contrato.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, no prazo determinado.

Manter permanentemente na obra um(a) Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a) habilitado(a) tecnicamente para dirigir os trabalhos, bem como para responder por todos os atos praticados pela CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados.

Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço.

Transportar/deslocar por sua conta e risco o pessoal, os materiais, equipamentos, veículos ou máquinas necessárias à execução dos respectivos serviços.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SE

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#)).

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Avaliação da execução:

A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

não produzir os resultados acordados,

deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação

dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

O prazo de que trata esse subitem será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índices Setoriais para Obras Rodoviárias, da Fundação Getúlio Vargas.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

O Contratado assumirá os custos decorrentes da transferência de valores caso indique conta bancária que não seja da Caixa Econômica Federal – CEF.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O modo de disputa será aberto e fechado, de acordo com as disposições do artigo 56 da Lei 14.133/2021, possibilitando a participação de maior número de empresas na fase de lances e, consequentemente, maior economicidade para a administração, e o critério de julgamento será o menor preço.

Será admitida a participação de consórcios nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/21.

Será permitida a participação de empresas estrangeiras.

Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade.

Os lances/propostas das licitantes deverão obedecer aos preceitos apresentados no Edital de Licitação quanto a convocação, credenciamento, e forma de participação via sistema eletrônico, podendo ofertar lances/propostas para um ou mais lotes.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Termo de Referência, assumindo a licitante o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, estando incluso também todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

Comprovação de que dispõe o Capital Social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;

Qualificação Técnica

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

Registro ou inscrição da empresa contratada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), conforme as áreas de atuação previstas no Manual/Termo de Referência, em plena validade;

Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

Apresentação do(s) profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes;

O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Considerando que a exigência mínima pontuada não restringe a competitividade quanto à participação de empresa no certame licitatório, e sim como propósito de permitir à Administração Pública avaliar a capacidade técnica das empresas interessadas, unicamente, para resguardar a necessidade de contratação de empresa com experiência no ramo, faz-se necessária a exigência de quantitativos mínimos para comprovação da capacidade técnica de “serviços” estabelecidos com base na parcelas de maior relevância e valor significativo para comprovação da capacidade técnico – profissional, não implicando restrição ao caráter competitivo;

Salientamos que a exigência de quantitativos mínimos não deve ser prevista com relação ao número mínimo de atestados e sim quanto à quantidade mínima de serviços referentes aos itens de maior **relevância técnica** do objeto;

Considerando a justificativa da necessidade de exigência de comprovação técnica exposta acima, devido se tratar de obra de alta complexidade, recomendamos:

Que a empresa licitante apresente certidões de acervo técnico de seus responsáveis técnicos, devidamente registrado no CREA-AL, que comprove ter executado itens de serviços realizados em obras que somados seus atestados totalize as quantidades a seguir:

LOTE 01 (Maceió):

DESCRIÇÃO	Quant. Projeto	Quant. Exigida	Und
Execução de obra de civil de edificação predial	500,00	250,00	m²
Execução de fôrma para estrutura em concreto	1.183,45	591,73	m²
Execução de estrutura em Concreto Fck = 30 mpa	125,29	125,29	m³
Execução de armação em Aço CA - 50 Ø 6,3 a 12,5mm	14.775,00	7387,50	kg
Impermeabilização de Superfície com Manta Asfáltica	349,31	174,66	m²

LOTE 02 (Rio Largo):

DESCRIÇÃO	Quant. Projeto	Quant. Exigida	Und
Execução de obra de civil de edificação predial	500,00	250,00	m²
Execução de fôrma para estrutura em concreto	1.183,45	591,73	m²
Execução de estrutura em Concreto Fck = 30 mpa	125,29	125,29	m³
Execução de armação em Aço CA - 50 Ø 6,3 a 12,5mm	14.775,00	7387,50	kg
Impermeabilização de Superfície com Manta Asfáltica	349,31	174,66	m²

LOTE 03 (Arapiraca):

DESCRIÇÃO	Quant. Projeto	Quant. Exigida	Und
Execução de obra de civil de edificação predial	500,00	250,00	m²
Execução de fôrma para estrutura em concreto	1.234,20	617,10	m²
Execução de estrutura em Concreto Fck = 30 mpa	178,56	178,56	m³
Execução de armação em Aço CA - 50 Ø 6,3 a 12,5mm	17.547,90	8773,95	kg
Impermeabilização de Superfície com Manta Asfáltica	349,31	174,66	m²

LOTE 04 (Santana do Ipanema):

DESCRIÇÃO	Quant. Projeto	Quant. Exigida	Und
Execução de obra de civil de edificação predial	500,00	250,00	m²
Execução de fôrma para estrutura em concreto	1.183,45	591,73	m²
Execução de estrutura em Concreto Fck = 30 mpa	125,60	125,60	m³
Execução de armação em Aço CA - 50 Ø 6,3 a 12,5mm	14.775,00	7387,50	kg
Impermeabilização de Superfície com Manta Asfáltica	349,31	174,66	m²

LOTE 05 (União dos Palmares):

DESCRIÇÃO	Quant. Projeto	Quant. Exigida	Und
Execução de obra de civil de edificação predial	500,00	250,00	m²
Execução de fôrma para estrutura em concreto	1.183,45	591,73	m²
Execução de estrutura em Concreto Fck = 30 mpa	125,29	125,29	m³
Execução de armação em Aço CA - 50 Ø 6,3 a 12,5mm	14.775,00	7387,50	kg
Impermeabilização de Superfície com Manta Asfáltica	349,31	174,66	m²

LOTE 06 (Pilar):

DESCRIÇÃO	Quant. Projeto	Quant. Exigida	Und
Execução de obra de civil de edificação predial	500,00	250,00	m²
Execução de fôrma para estrutura em concreto	1.367,72	683,86	m²
Execução de estrutura em Concreto Fck = 30 mpa	145,50	145,50	m³
Execução de armação em Aço CA - 50 Ø 6,3 a 12,5mm	15.819,80	7909,90	kg
Impermeabilização de Superfície com Manta Asfáltica	349,31	174,66	m²

Considerando que as exigências relacionadas acima se respaldam na LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, fizemos uma relação baseado nos itens A de maior relevância da curva ABC de serviços apresentada, sendo adotado o critério de exigência de comprovação de execução por parte dos interessados de quantidades consideradas relevantes que foram extraídos de números arredondados da proporção em torno de 50% ou menos dos valores da planilha como a condição mínima para execução dos serviços, todos com percentual maior que 4% apresentados na Curva;

A Justificativa e a seleção desses itens foram fundamentadas pela curva ABC, método utilizado pelos órgãos de controle: TCU, CGU, CEF, entre outros. Essa ferramenta se constitui num método de classificação de informações, onde se separam itens de maior importância ou impacto dentro do contexto;

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

ata de fundação;

estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A disponibilidade orçamentária para atendimento da despesa do presente projeto que ocorrerá conforme classificação abaixo, prevista no orçamento do Estado de Alagoas para o Exercício de 2025, através na Lei Orçamentária Estadual nº 9.454, de 03 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 06 de janeiro de 2025.

A contratação será atendida pela(s) seguinte(s) dotação(s):

Unidade Orçamentária: 18557 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CULTURAIS;

Programa de Trabalho: 13.392. 1020. 2705 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA;

Elemento de Despesa: 44.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA;

Fonte de Recursos: 719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022;

Região de Planejamento: 210 - TODO ESTADO;

Plano Orçamentário: 001277 - CONSTRUÇÃO DOS CEUS DA CULTURA;

Categoria de Gastos: INVESTIMENTO.

15. REAJUSTE DE PREÇO

Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses de vigência do contrato, contados a partir da sua assinatura. Após esse período, o reajustamento será concedido a partir do 13º (décimo terceiro) pelo INCC-DI – Coluna 35 FGV, conforme fórmula abaixo:

$$R = P_i \times (I_{Ci} - I_{Co}) / I_{Ci}$$

Onde:

R = Valor do Reajustamento;

P_i = Preço Inicial do serviço a ser reajustado;

I_{Ci} = Índice Nacional da Construção Civil–INCC-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FVG referente ao mês que é devido o reajuste;

I_{Co} = Índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FVG, referente ao mês base do orçamento da administração.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto acima, as peças técnicas referentes ao projeto básico do objeto em anexo, dispõe de informações detalhadas sobre o mesmo.

Informo ainda que este TR foi elaborado seguindo o modelo padrão da PGE e se utilizando de informações contidas no projeto e orçamento.

Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JACQUELINE ANGELICA TENORIO COSTA TRAJANO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 30/11/2025 às 14:24:28.